

Ata da Décima Quarta Reunião Ordinária do Primeiro Período Legislativo do ano de mil novecentos e noventa e um (1991), realizada em nove de abril do ano em curso.

Às dezesseis horas do dia nove de abril de mil novecentos e noventa e um (1991) sob a Presidência do Vereador Arys Silva da Rocha, e com a ocupação da 1ª Secretaria ^{ad hoc} pelo Vereador Jânio dos Santos Mendes, reuniu-se ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Além desses responderam a chamada nominal os seguintes Vereadores: Aires Berra de Figueiredo, Benildo Motta, Carlos Roberto Nogueira dos Santos, Carlos Roberto Silva, Dixley Pereira da Silva, Félix da Costa Gomes, José Oscar Elias, Marcos Valério Corrêa de Sant'Anna, Osmar Sampaio da Silva, e Valfredo dos Santos Silva. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a presente sessão em nome de Deus. A seguir foi lida e aprovada a Ata da Décima Terceira Reunião Ordinária, realizada em quatro de abril do ano em curso. Logo após, o Senhor 1º Secretário ^{ad hoc} Vereador Jânio dos Santos Mendes, transmitiu o cargo ao titular, Vereador Marcos Valério Corrêa de Sant'Anna. A seguir, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor 1º Secretário que pro-

cederem a Leitura do EXPEDIENTE, que constou do seguinte: Requerimento nº 011/91 de autoria do Vereador Walmir Rodrigues de Lacerda, solicitando a CERS, execução de extensão de rede elétrica no final da Rua Guanabara, em Praia do Siqueira; Requerimento nº 028/91 de autoria do Vereador Walmir Rodrigues de Lacerda, dispendo sobre Moções de Aplausos aos Diretores da Scarino Editora e Promoções LTDA, pelo 1º aniversário de lançamento do jornal "Folha dos Páges", comemorado no mês de abril do corrente ano; Requerimento nº 033/91 de autoria do Vereador Josénilso Pacheco Filho, solicitando ao Ilmo. Senhor Chefe da Seção de Operações da TELERT, a instalação de um telefone público na Rua Antonio Feliciano de Almeida; Requerimento nº 036/91 de autoria do Vereador Wilmar Monteiro, dispendo sobre envio de Expediente ao Exm. Senhor Prefeito Municipal, convocando o Presidente da PROCAF, Dr. Paulo Massa, para prestar esclarecimentos quanto ao manilhamento do Canal do Braga; Indicação nº 029/91 de autoria do Vereador Josénilso Pacheco Filho, solicitando ao Exm. Senhor Prefeito Municipal, instalação de dois sanitários junto ao Posto de Saúde volante, localizado na Gamboa; Indicação nº 32/91 de autoria do Vereador Benildo Mota, solicitando ao Exm. Senhor Prefeito Municipal, revisão da instalação elétrica nos postes localizados no calçadão que margeia o Canal do Itajuruí; Indicação nº 033/91 de autoria do Vereador Walmir Rodrigues de Lacerda, solicitando ao Exm. Senhor Prefeito Municipal, a colocação de manilhas na Rua Mato Grosso, no Jardim Peró; Indicação nº 036/91 de autoria do Vereador Carlos Roberto Nogueira dos Santos, solicitando ao Exm. Senhor Prefeito Municipal, reinício das obras de

Calçamento e drenagem de Boca do Mato; Indicação nº 037/91 de autoria do Vereador Carlos Roberto Nogueira dos Santos, solicitando ao Exmº Senhor Prefeito Municipal, instalação de ventiladores nas salas de aula das Escolas Municipais; Indicação nº 038/91 de autoria do Vereador Carlos Roberto Nogueira dos Santos, solicitando ao Exmº Senhor Prefeito Municipal que monte a sala de aula com carteiras e mesa, e forneça um Professor para a Associação de Moradores da Raza; Indicação nº 039/91 de autoria do Vereador Carlos Roberto Nogueira dos Santos, solicitando ao Exmº Senhor Prefeito Municipal que forneça profissionais da saúde para trabalhar junto a comunidade de Boca do Mato.

Terminada a Leitura do EXPEDIENTE, o Senhor Presidente Ayrton Silva da Rocha, solicitou ao Senhor Vice Presidente, Vereador Walmir Rodrigues de Macedo que ocupasse a Presidência, que de imediato transportou os trabalhos para o segmento dedicado ao uso da Tribuna. Fôz uso da Tribuna como primeiro orador inscrito o Vereador Osmar Sampaio da Silva, comunicando que na tarde do dia anterior, viajara ao Rio de Janeiro em companhia dos ex-Prefeitos José Bonifácio e Otíme Cardoso dos Santos, quando na Procuradoria Geral de Justiça do Estado, haviam dado entrada no ^o dossiê ^o da corrupção em forma de notícia crime subscrita pelo orador e pelos Senhores José Bonifácio e Otíme dos Santos. Disse a seguir que haviam formalizado assim a denúncia das irregularidades quanto ao pagamento de ex R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de cruzeiros) a firma inexistente e que infelizmente

não havia sido acolhida pelo Poder Legislativo Calo-
 friense. Aduziu a seguir que a luta que travava
 pela moralidade da administração pública, não
 era apenas do Vereador Osmar Sampaio da Sil-
 va, recebia a solidariedade de alguns colegas e
 representava o pensamento de um grupo que se
 preocupava com o destino de Calo Frio e do di-
 nheiro público. Disse também que sua luta não
 tinha qualquer cunho pessoal ou político sendo
 própria daqueles que desejavam um futuro me-
 lhor para a terra calofriense, pois quando denun-
 ciava o denuveio de R\$12.000.000,00 (doze milhões de
 cruzeiros), mostrava apenas a ponta do ^{iceberg},
 pois outros escândalos existiam envolvendo fir-
 mas criadas nos porões da administração para
 beneficiar amigos do Prefeito, existindo até mesmo
 uma inóclita Cooperativa localizada a Rua Teixei-
 ra e Souza, presidida por pessoa próxima ao Pre-
 feito com fontes de receitas suspeitas. Falou de ver-
 bas da Secretaria de Saúde gastas sem o menor
 controle e com fortes indícios de corrupção, e
 ainda, pressões contra empresários com assuntos
 pendentes na Administração, visando a concessão
 de favores ao Poder Público o que considerava mé-
 todos ilícitos. Disse que gastos supérfluos eram
 caracterizados pela substituição de luminárias
 em logradouros, serviços sempre realizados pela
 mesma firma sobre a qual recaíam várias acu-
 sações de corrupção. Falou do sucateamento de
 máquinas e veículos com o objetivo de entregar
 aos amigos do Prefeito os serviços que deveriam
 ser prestados pela Municipalidade, e mais, que
 absurdos envolviam gastos com a promoção perso-
 al do Prefeito o que era vedado pela legislação,

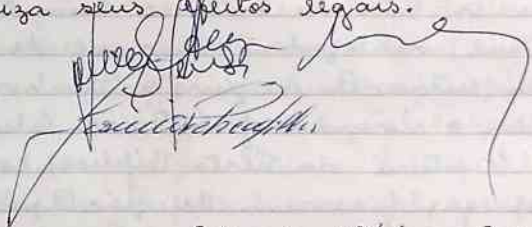
e ainda contratação de pessoal criando mais despesas para os cofres públicos. Disse que enquanto a irresponsabilidade era flagrante, mais de dez mil crianças estavam sem Escolas no Município, e que a emissão estava presente nos bairros periféricos onde proliferavam as valas negras. Disse do seu desgosto em ver a cidade tão maltratada, afirmando ser preciso a união de todos para que fosse dado um basta em tal desequilíbrio administrativo, convocando a todos os segmentos da comunidade para a realização de Cabo Triz, restabelecendo a dignidade e a moralidade na Administração Municipal, encerrando a seguir sua fala - não havendo mais Vereadores para fazer uso da Tribuna, o Senhor Presidente transportou os trabalhos ao segmento dedicado a 1ª ORDEM DO DIA. Foram aprovados os seguintes Requerimentos: nº 011/91 e 028/91 de autoria do Vereador Walmir Rodrigues de Paçerda; nº 033/91 de autoria do Vereador Josénio Pacheco Filho; nº 036/91 de autoria do Vereador Ulmar Monteiro. Aprovadas as seguintes Indicações: 029/91 de autoria do Vereador Josénio Pacheco Filho; nº 032/91 de autoria do Vereador Benildo Mota; nº 033/91 de autoria do Vereador Walmir Rodrigues de Paçerda; nº 036, 037, 038 e 039/91 de autoria do Vereador Carlos Roberto Nogueira dos Santos. Terminada a 1ª ORDEM DO DIA, o Senhor Presidente franqueou a palavra aos Vereadores para EXPLICAÇÃO PESSOAL. Fêz uso da palavra como primeiro orador inscrito o Vereador Carlos Roberto Nogueira dos Santos, que inicialmente disse que por coincidência um dos assuntos que o sensibilizavam na vida, haviam si-

de abordados naquela tarde, a área rural e a sua profissão, Médico. Disse que após dois anos como Vereador, também dedicando seu trabalho como Médico e funcionário público municipal a localidade do Araçá, disse que realmente havia pedido licença no emprego público por entender que estaria sendo mais útil ao povo do Araçá, lutando por suas causas na Câmara, do que propriamente receitando remédios de vermes e vitaminas em ciclo interminável, por que jamais houvera no Município, a não ser em certos períodos, nenhum programa que procurasse alterar o sistema de saúde local. Disse que como segundo motivo para sua licença estava por seu sentimento, aviltado como profissional, na forma de tratamento dispensada pelo atual Prefeito aos funcionários públicos do Município. Disse ser com surpresa ouvir de Vereadores ligados ao Prefeito, a afirmativa de que iria ficar caro para o Município contratar profissionais de saúde para atender a Boca do Mato. Continuando em seu discurso, disse que não podia aceitar tais argumentos, na medida em que não ficava caro a Secretaria Municipal de Saúde comprar um carro zero quilômetro, da mesma forma como parecia não onerar os cofres públicos a construção de uma pista de Skate, de promover reuniões de esoterismo pagando hotéis de cinco estrelas para convidados. Ainda sobre o assunto, ficava claro que a Prefeitura entendia ser muito caro prover a população de assistência médica, de enterrar a tres metros manilhas, porque não dava voto, e que assim sendo, este era o Governo Municipal, completa-

mente omissos quanto aos destinos de Cabo Frio, pois o que interessava era um projeto político pessoal e de preferência com o bolso cheio de dinheiro, encerrando a seguir sua fala. A seguir fez uso da palavra o Vereador Dirley Pereira da Silva, considerando salutar o debate dentro do processo legislativo a exemplo do que ocorrera no encaminhamento de matérias, na qual reunião. Com relação ao interior do Município e a responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde, e também motivo de debates, dizia respeito não a questão de custos na contratação de médicos, mas primordialmente existia uma deficiência muito grande com relação aos profissionais de saúde, pois era flagrante a escassez em trabalhar em nas regiões periféricas do Município, principalmente na zona rural. Lamentavelmente, fixou, como em todas as categorias profissionais, existiam os bons e os maus, existiam aqueles que trabalhavam devotadamente e outros que se omitiam no cumprimento de obrigações e deveres. Disse que em recente conversa com a Secretária Municipal de Saúde, tomara conhecimento da dificuldade em se contratar um Médico para trabalhar no Aracá, no Angelim ou Betafogo, lamentando mais uma vez que em classe tão nobre fosse a população obrigada a conviver com mercenários, com aqueles que só pensavam no dinheiro e no lucro, aqueles que defendiam até mesmo na Casa a privatização da saúde e o sucateamento do sistema público de saúde o que não aceitava de forma algu-

17/7

ma, e que se insurgiria sempre contra tais fatos e ações, postulando a saída para todos e não para os privilegiados, encerrando a seguir sua fala. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra em EXPLICAÇÃO PESSOAL, o Senhor Presidente encerrou a presente Reunião em nome de Deus. E para constar, mandou que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida, submetida à apreciação Plenária, será assinada para que produza seus efeitos legais.



Ata da Décima Quinta Reunião Ordinária do Primeiro Período Legislativo do ano de mil novecentos e noventa e um (1991), realizada em onze de abril do ano em curso.

As dezesseis horas do dia onze de abril de mil novecentos e noventa e um (1991), sob a Presidência do Vereador Ayr Silva da Rocha, e com a ocupação da 1ª Secretaria "ad hoc" pelo Vereador Jânio dos Santos Mendes, e da 2ª Secretaria pelo Vereador Josénio Pacheco Filho, reuniu-se ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Além desses responderam a chamada nominal os seguintes Vereadores: Aires Berra de Figueiredo, Adailton